

Ata da 2ª Sessão Ordinária no 1º Período do 24º Ano Legislativo da Câmara Municipal de Guapimirim, realizada no dia 23 de Fevereiro de 2016.

Às dez horas e quarenta e nove minutos do dia vinte e três de fevereiro de dois mil e dezesseis, sob a presidência do Vereador **André de Azeredo Dias**, realizou-se a *Segunda Sessão Ordinária no Primeiro Período do Vigésimo Quarto Ano Legislativo da Câmara Municipal de Guapimirim*. Dando início à reunião, o senhor **Presidente** pediu ao Segundo Secretário que fizesse a chamada dos Srs. Vereadores, verificando-se as ausências de Alcione Barbosa Tavares, Fernando Amaro Garcia e Rosalvo de Vasconcellos Domingos, que se encontravam à disposição desta Casa. Em **questão de Ordem**, o Vereador **Argeu Paixão dos Anjos** pediu ao Sr. Presidente que se fizesse um minuto de silêncio em memória à morte da mãe do mesmo. A seguir, o Sr. **Presidente** agradeceu o pedido do vereador Argeu, e pediu a todos que fosse respeitado um minuto de silêncio. Logo após, colocou em discussão a ata da sessão anterior, que, não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, foi aprovada por unanimidade. Após, pediu ao Primeiro Secretário que fizesse a leitura dos documentos constantes do *EXPEDIENTE*, a saber: PROJETO DE LEI: - n.º **1.127/16**, de autoria do ver. **André de Azeredo Dias**; INDICAÇÕES: - n.ºs **020, 021, 022 e 023/16**, de autoria do ver. **André de Azeredo Dias**; - n.ºs **024, 025, 026, 027 e 028/16**, de autoria do ver. **Fernando Amaro Garcia**; - n.ºs **029, 030 e 031/16**, de autoria do ver. **Oswaldo Pereira da Rocha**; - n.ºs **032, 033, 034, 035 e 036/16**, de autoria do ver. **Franklin Adriano Pereira**; - n.ºs **037, 038, 039, 040 e 041/16**, de autoria do ver. **Alcione Barbosa Tavares**. A seguir, antes de passar a palavra aos nobres Edis, o Sr. **Presidente** justificou sua ausência na última Sessão, e falou que na semana anterior, como o Vereador Argeu carinhosamente lembrara, ele havia tido a infelicidade de perder a sua mãe, uma pessoa que fora um grande exemplo em sua vida. Disse que passara uma semana muito difícil, mas tinha a certeza de que em momento algum ela, sua mãe, gostaria que ele ficasse recolhido em casa naquele momento de sofrimento, e, sim, que ele estivesse naquela Casa de Leis fazendo o que ele sempre havia gostado e que se propusera a fazer, e a fazer bem, complementou. Então, externou que tinha a convicção de que era aquele o sentimento que sua mãe teria. Por tal razão, retornara aos trabalhos daquela Casa, agradecendo, ato contínuo, aos Edis que estiveram ao seu lado e o apoiaram naquele momento tão difícil. Contou que o Vereador Argeu conhecia a sua mãe desde criança, pois haviam sido amigos de infância, logo, sabia da índole e da grande pessoa que ela fora. Assim, agradeceu novamente aos Edis daquela Casa Legislativa pelo carinho, e a todos que também estiveram com ele no velório da sua mãe, apoiando-o durante aquela semana tão difícil. Agradeceu novamente o carinho dedicado a ele e à sua mãe. Em seguida, o Sr. **Presidente** passou a palavra aos Srs. Vereadores. Com a **palavra**, o Vereador **Oswaldo Pereira** agradeceu a presença de todos e disse ao Sr. Presidente que era muito bom tê-lo de volta àquela Casa, apesar de uma

semana difícil de luta, mas, com toda a certeza, Deus estaria confortando o seu coração e o da sua família. Após, fez um pedido ao Secretário de Obras Marlon Vivas, explicando que os Vereadores fizeram uma Indicação em benefício do bairro Paraíso, com vistas à colocação de um ponto de ônibus na localidade. Solicitou prioridade no atendimento do mencionado pleito, tendo em vista que a população dali já era bastante sofrida pela falta de recursos. Relatou que estiveram no local conversando com algumas pessoas e que o ponto de ônibus fora solicitado em caráter de emergência, para aquele exato momento, porque às vezes, as pessoas estavam no bairro precisando utilizar o transporte público e ficavam esperando sob chuva ou sol. Falou que aquilo, embora fosse de grande serventia para a comunidade, era uma coisa simples de se fazer; logo, pediu ao Secretário de Obras para que olhasse aquele bairro com carinho, e assim pudessem viabilizar aquela conquista para o Paraíso. Após, o Ver. Osvaldo informou que no dia anterior estivera conversando com o Dr. Cury, naquela Casa de Leis, e que apesar de algumas desavenças existentes no dia a dia, ressaltou que o mesmo era um excelente profissional, e que todos tinham ciência do quanto ele vinha lutando pelo hospital do município de Guapimirim, objetivando que o atendimento dos pacientes fosse prestado com a qualidade devida. Todavia, infelizmente, existiam algumas pessoas que distorciam as palavras deles, e que no dia anterior o Doutor tivera a decência de vir conversar com ele, Ver. Osvaldo, que também se colocara à disposição do Dr. Cury no que ele precisasse. Disse que o médico fizera cobranças que cabia aos Vereadores analisar e, posteriormente, direcionar ao Sr. Prefeito, a fim de que o médico pudesse, também, ter condições e infraestrutura para atender a população. O nobre Edil falou que tinha a certeza de que o Prefeito Marcos Aurélio não estava medindo esforços naquele sentido, e que os Vereadores estavam juntos para cobrar também. Agradeceu ao Dr. Cury por ter vindo àquela Casa, e não só ele, mas também o Dr. Mário, o qual era um amigo e sempre que precisavam estava presente, ajudando-os dentro do hospital. Com a **palavra**, o Sr. **Presidente** parabenizou o nobre Edil por suas palavras, pela luta e pelo comprometimento que vinha demonstrando pelo município, principalmente no que tangia à Secretaria de Obras, o nobre Vereador vinha lutando incansavelmente, e sempre com muito afinco. Reforçou o pedido do Ver. Osvaldo junto ao Secretário, e pediu que ele olhasse com carinho, enfatizando que eles, os Vereadores, entendiam que aquela época era de muita chuva, trazendo, assim, muito transtorno; contudo, eles percebiam também, que com um pouco mais de comprometimento poderiam transformar o município em um lugar melhor. Com a **palavra**, o vereador **Argeu Paixão dos Anjos** iniciou suas palavras refletindo acerca do que o Sr. Presidente havia dito sobre a sua mãe, ressaltando que tal sentimento era recíproco, pois foram amigos de infância e brincaram juntos naqueles tempos passados. Contou ainda que havia estudado com a Wany, tia do Presidente, e que tinha uma lembrança muito grande daqueles tempos. Citou que devido à dificuldade da época em que viviam, aquele que possuísse uma bicicleta era considerado rico,

expressando que tinha um carinho muito grande pelo avô do Sr. Presidente, porque ele, Ver. Argeu, tinha uma bicicleta velha utilizada para vender picolé para o Ailton, Sr. Levi, e não tinha condições de consertar. Às vezes, não tinha como fazer o pagamento, mas o avô do Presidente fazia o conserto de sua bicicleta e o deixava pagar depois; logo, o carinho entre eles era muito grande. Enfatizou que sabia do sofrimento que ele, o Presidente, estava passando e o de sua avó também. Depois, abordou a ocorrência de dois fatos que vinham acontecendo no município e muito sérios; um, era a questão da Fontes da Serra, explicitando que aquela empresa havia ganhado um presente de Guapimirim, e enfatizou que aquilo acontecera porque aquela Casa tinha cedido tal privilégio tanto com a permissão do Executivo, como com a autorização do Legislativo. Declarou que, inclusive, ele, Ver. Argeu, fora um dos que trabalharam para ganhar aquela votação que concedia a permissão para a Fontes da Serra, pois não havia água em Guapimirim e a dificuldade era muito grande, e também o município não tinha condições de manter a demanda. Lembrou que, às vezes, tinham que colocar uma bomba no rio, não tendo como manter o reservatório, pois estava bastante deteriorado. Continuando, o Ver. Argeu explicou que o Sr. João morava lá, naquele local, e para que as pessoas entendessem bem o que acontecera na época, até a casa dele tivera de ser demolida; e que aquele reservatório continuava lá, em estado precário, pois era bem antigo. Todavia, argumentou que a Fontes da Serra estava sendo negligente com o município, uma vez que não estava investindo em infraestrutura, pois quando ocorria a seca, não tinha água, e quando chovia, também não. Logo, concluiu que havia um equívoco naquela situação. Assim sendo, o Vereador pediu aos nobres pares daquela Casa para que a Fontes da Serra fosse notificada a participar de uma Audiência Pública, bem como lhes apresentasse seus projetos e o seu programa de desenvolvimento para a cidade. Dando prosseguimento, arguiu que não deveriam dizer que estavam sendo afetados por uma crise hídrica, porque havia água em Guapimirim, mas era necessário um investimento por parte da empresa, a fim de que não houvesse falta de água no município. Quanto à outra situação, deduziu que existiam várias Indicações, datadas de outrora, referentes à iluminação pública, e que naquele dia tinha visto uma Indicação que versava sobre o mesmo assunto. Narrou, então, que chamara um funcionário que trabalhava naquele setor e perguntado ao mesmo como estava a situação da iluminação pública no município, o que de pronto lhe fora respondido que “estava a todo vapor”. No entanto, o Ver. Argeu ressaltou que a população pagava o tributo, e que todo munícipe, fosse ele rico ou pobre, todos pagavam caro para ter a iluminação pública, e, no caso, não estavam recebendo a prestação do serviço, o que consistia numa total falta de respeito para com a população. Afirmou, em seguida, que não conhecia o contrato da empresa responsável pela prestação de tal serviço, se era ela quem comprava o material, ou se era a Prefeitura; entretanto, aquilo não justificava quando os munícipes ligavam para a Prefeitura ou para a empresa, e respondiam-lhes que não havia material disponível para

atender a solicitação. Como exemplo, citou se acaso contratasse o Ver. Max para que lhe prestasse um serviço, e no contrato ficasse estabelecido que o contratado deveria arcar com todas as despesas, mas ao ser requisitado para executar o trabalho informou que não tinha o material. Disse que em sua opinião, o que deveria ser feito era a rescisão do contrato, visto que o contratado assumira o compromisso e não estava atendendo de forma satisfatória. Após, reiterou que não conhecia os termos do contrato celebrado, pois acabara de assumir o seu mandato, mas com certeza não podiam deixar de atender o cidadão. Depois, assinalou que o Sr. o Presidente era policial e que, atualmente, estava na reserva da Polícia Militar, e por quem ele, Ver. Argeu, tinha grande admiração. Relembrou que certa vez estava voltando do Vale das Pedrinhas num carro cheio de gente, pois estavam retornando de uma obra, e o Sr. Presidente estava numa viatura logo atrás, com todos os policiais apontando suas armas para fora, e quando o reconheceu pediu-lhe uma série de desculpas, mas ele, Ver. Argeu, disse-lhe que não precisava se desculpar, pois ele, como policial, estava desempenhando a sua função e que aquilo era sua obrigação. Portanto, asseverou que respeitava o trabalho sério. A seguir, voltou a falar sobre a falta de iluminação pública, afirmando que se tratava de segurança pública, pois atualmente aconteciam roubos desordenadamente na cidade deles, e com aquela falta de iluminação ficava ainda pior. Contou que nos bairros de Jardim Guapimirim, Jardim Modelo, Parque Santa Eugênia e em Parada Modelo a prática do roubo estava muito intensa; logo, enfatizou que eles, os Vereadores, precisavam tomar uma atitude em relação àquele fato, e reiterou que era uma medida de urgência a segurança com a iluminação pública. Com a **palavra**, o Sr. **Presidente** agradeceu as palavras do nobre Edil e pelo carinho dedicado à sua família, externando que ele podia ter a certeza de que tal sentimento era recíproco. Falou que seu avô também nutria um enorme carinho nobre Edil, pois via o tratamento que um dispensava ao outro. Desejou boas-vindas ao Vereador no retorno àquela Casa de Leis, e falou que na primeira Sessão não pudera estar presente, mas gostaria de externar o seu sentimento e carinho, e dizer que era muito importante um legislador como Sua Excelência retornar àquela Casa, pois além de ser um grande legislador era um homem de Deus, e tinha a certeza de que ele iria contribuir muito com o município. Reconheceu que o Ver. Argeu já vinha demonstrando toda a preocupação que tinha com o município deles, e explicitou que o mesmo acabara de falar a respeito da iluminação pública. Lembrou, então, que no ano de dois mil e quatorze fizeram o Primeiro Fórum de Segurança Pública, o qual, o Sr. Manoel Figueiredo, que se fazia presente, os ajudara muito. Disse que no referido evento falaram sobre a importância que o Poder Público Municipal tinha em relação à segurança pública, e que a Constituição dispunha que era dever do Estado zelar pela segurança pública, todavia, o município podia, sim, contribuir de alguma forma. O ilustre Presidente continuou dizendo que naquela ocasião eles fizeram uma palestra abordando a teoria da janela quebrada, a qual evidenciava que um local abandonado era um lugar propício a uma ação delituosa;

portanto, com uma iluminação pública adequada já inibiria muito qualquer ação daquele tipo. Assim, parabenizou o nobre Edil em relação àquele tema e pela preocupação que vinha tendo com a segurança do município. Após, esclareceu que, por meio daquela Casa de Leis, já propusera várias ações referentes à segurança pública como, por exemplo, a criação da Secretaria e do Centro de Monitoramento, Requerimentos e Emendas; entretanto, enfatizou que precisavam que o Executivo abraçasse aquela ideia e tivesse o mesmo carinho e comprometimento com o município. Quanto a Fontes da Serra, outro assunto abordado pelo nobre Edil, o Sr. Presidente informou-lhe que tinha sido o primeiro Vereador a convocar uma Audiência Pública com aquela empresa, tendo aquela Casa convocado uma CPI onde foram propostas várias ações e ajustadas algumas outras, as quais, estavam sendo realmente efetivadas, como o aumento da captação de água, tratamento e a ampliação da rede de fornecimento. Disse que os bairros de Jardim Guapimirim e Parada Ideal ainda não tinham sido beneficiados com aquele fornecimento de água tratada, mas que no momento estava sendo realizado. Ressaltou que muito ainda se tinha a fazer, e que sinceramente passaram por um período muito difícil. Contou que ele, Ver. André, fora pessoalmente onde era feita a captação da água da Fontes da Serra e tinha se assustado com o que vira. Falou que como Sua Excelência conhecia o município havia mais tempo que ele, em razão de sua idade, certamente conhecera aquela cachoeira, como dizia sua saudosa mãe “que não dava para visualizar as pedras, e que só tinha água”, mas que infelizmente, nos dias atuais, só conseguiam ver pedras, reiterando que havia ficado muito assustado. Em **questão de ordem**, o vereador **Argeu Paixão dos Anjos** disse que no passado as pessoas pulavam daquela ponte e mergulhavam na água. Com a **palavra**, o Sr. **Presidente** advertiu que se fizessem o mesmo nos dias de hoje, iriam quebrar o pescoço, tamanha a quantidade de pedras, e que se via apenas um fiozinho de água. Em seguida, falou que entendiam a dificuldade existente com a legislação ambiental no sentido de estarem buscando pontos de captação de água, porém, ressaltou que era necessário aquele investimento, assim como a preocupação quanto à empresa concessionária. Declarou que também era seu desejo estender aquele pedido à própria empresa, e aproveitando que Sua Excelência havia formulado o pedido, iriam sim convocar uma nova audiência com a Fontes da Serra, a fim de que a mesma pudesse estar informando à população, que era a maior interessada naquele processo, por mais que eles, os legisladores, tivessem legitimidade para tratar daquele assunto, as ações que estavam executando para a melhoria da prestação do serviço. Com a **palavra**, o Vereador **Max Alexandre Felizardo Castro** iniciou suas palavras agradecendo a Deus pela oportunidade de estarem presentes e disse ao Sr. Presidente que ele, Ver. Max, também era solidário a dor que Sua Excelência estava sentindo. Como alento, afirmou que com o passar do tempo tal dor seria apenas amenizada, jamais deixando de ser sentida, principalmente o Sr. Presidente, que era um homem de família, e que nos momentos em que os familiares tinham

o hábito de se reunirem era o mais sentido. O Ver. Max disse que sabia daquela dor, não porque perdera sua mãe, mas sim, o seu pai; logo, era extremamente doloroso. No entanto, disse que tinha a certeza de que Sua Excelência conseguiria conviver com aquela situação e ajudar a sua família, porque eles o tinham como líder, e por mais dor que Sua Excelência estivesse sentindo, precisava manter a cabeça erguida e ter firmeza para continuar conduzindo a sua família. Em seguida, o nobre Edil assinalou que o Vereador Argeu e o Presidente daquela Casa falaram sobre a empresa Fontes da Serra, concordando que realmente sabiam da dificuldade que a mesma passava com relação à captação da água, mas reconhecia que a empresa deixava muito a desejar, logo, deveria se esforçar mais, a fim de propiciar um serviço melhor para a população de Guapimirim. Dando continuidade, explicitou que acontecia um fenômeno ali em Guapimirim que ele acreditava não ocorrer em outros municípios, ou seja, a empresa alegava que a falta de água no inverno era devido à diminuição do volume das águas nos rios, e o povo de Guapimirim, como era muito paciente aceitava tal situação. Porém, quando chovia, havia enchentes e os rios ficavam cheios, fechava-se a entrada para não sujar a represa, chamada de captação. Revelou que num momento de dificuldade sempre pediam ajuda a Deus; no entanto, naquele caso, disse que não sabia o que pedir a Deus, se pedia para chover ou não chover. Salientou que se houvesse realmente reservatório destinado a reter a água, não teriam aquele problema. Como exemplo, pediu para que imaginassem se coisa semelhante acontecesse com o rio Guandu, isto é, quando chovesse fechassem a água e quando chegasse o inverno, o Estado do Rio de Janeiro também ficaria sem água porque o nível do rio teria baixado. Então, ressaltou que aquela era uma situação impossível de acontecer. Enfatizou que, realmente, o Vereador tinha razão de questionar o serviço prestado pela Fontes da Serra ao município, o qual deveria ser bastante melhorado. Falou que nas Sessões anteriores ele vinha sugerindo alternativas para o tratamento da água de Guapimirim, haja vista que uma pessoa lhe apresentara um estudo referente ao assunto, que ao invés de o tratamento ser feito com cloro, poderia se utilizar o ozônio. Disse ainda que o estudo mostrava os benefícios que aquele método de tratamento trazia para a saúde das pessoas; deduzindo, então, que gostaria que Sua Excelência tivesse acesso à pesquisa que lhe fora apresentada em seu Gabinete. Arguiu, em seguida, que o Sr. Presidente havia apresentado naquela Casa, o Projeto de Lei nº1.127/2016, o qual regulamentava o Parágrafo Único, do art. 5º, da Lei 12.816, de 05 de junho de 2013, que autorizava a utilização dos veículos do “Programa Caminhos da Escola” a efetuarem o transporte de estudantes do Ensino Superior, e determinava outras providências. Assim, parabenizou o nobre Edil pela apresentação daquele Projeto de Lei, e disse naquele dia estava conversando com um professor em seu Gabinete, e constatara que Sua Excelência estava atendendo ao clamor dos estudantes ao regulamentar o transporte e, conseqüentemente, melhorar a situação deles. Todavia, acrescentou que além daquele Projeto de Lei, gostaria que os estudantes se reunissem com o objetivo de formar uma Comissão Permanente para discutir aquele

assunto, visto que se tratava de um problema recorrente. O Ver. Max disse que para ele, aquela era uma solução paliativa, mas uma Comissão Permanente de Estudantes poderia, juntamente com os poderes Executivo e Legislativo, acompanhar o Orçamento da Casa e que, ao final, fosse inserido no referido Orçamento o valor necessário ao aluguel do transporte. Alegou que se fosse determinado um percentual por Lei, conforme seu diálogo com o Professor, talvez dessem cumprimento à legislação, mas o bom senso não iria atingir o número necessário de veículos para atender a todos os estudantes; assim sendo, pediu ao Professor que levasse aquela mensagem aos estudantes, a fim de que criassem uma Comissão para representá-los. Dando Prosseguimento, pediu ao Sr. Presidente que deixasse à disposição dos estudantes a estrutura daquela Casa como, por exemplo, o Plenário, para que eles pudessem realizar a eleição de forma democrática para a escolha da Comissão. Disse que enfatizava o termo “Comissão Permanente” porque eles, os estudantes, tinham a grande mania de querer resolver o problema apenas naquele período de turbulência, e depois que a questão era saneada momentaneamente, nunca mais tocavam no assunto e iam embora. Então, com uma Comissão Permanente devidamente formada, acreditava que aquela problemática iria chegar ao fim. Comentou que havia anos, quando presidira aquela Casa de Leis, tal situação já tinha acontecido diversas vezes, e se naquela ocasião tivesse sido criada uma Comissão Permanente, aquele problema não estaria sendo trazido à tona novamente. Logo, ressaltou a urgência na solução daquela questão, pois precisavam daqueles jovens qualificados para que pudessem ajudar a alavancar o município. Com a **palavra**, o Sr. **Presidente** parabenizou o nobre Edil por suas palavras, e lhe agradeceu por ter citado o Projeto de Lei de sua autoria. Assim, pediu aos nobres Edis que abraçassem aquela ideia, pois na semana seguinte o Projeto seria colocado em votação na Ordem do Dia, logo, contava com o apoio dos mesmos para sua aprovação. Disse que tinha certeza de que os Vereadores iriam abraçar aquela ideia, tendo em vista o comprometimento que tinham pelo município e pelos estudantes. Declarou que ele, Sr. Presidente, também utilizara aquele ônibus universitário quando estudava em Niterói, e se tivesse que pagar passagem enquanto fazia a faculdade, a despesa ficaria bastante alta. Logo, ressaltou que via a necessidade e a importância daquele Projeto, esclarecendo que o Projeto consistia numa regulamentação da Lei Federal nº 12.816/2013, a qual autorizava os municípios a fazer uso daquele ônibus escolar, o “amarelinho”, que fora doado aos municípios e eram utilizados para o transporte do ensino fundamental. Entretanto, destacou que a Lei Federal autorizava o município a fazer uso do ônibus também para o transporte universitário, porém, tal norma necessitava ser regulamentada pelos entes Federativos, e era o que eles, os Vereadores, estavam fazendo. Quanto à formação de uma Comissão, informou a Sua Excelência que o Projeto de Lei que elaborara previa a sua criação, e que tal Comissão teria um representante eleito pelos estudantes, na sua composição. Assim, ressaltou que aquela era mais uma luta atribuída à Casa de Leis, salientando que não era uma

luta somente do vereador André Azeredo, mas de todos os Vereadores daquela Casa que vinham demonstrando comprometimento com a população. Falou que entendiam que a quantidade de ônibus do projeto “A caminho da Escola” era muito inferior à necessidade real do município, levando-se em consideração o grande número de estudantes da rede, sendo assim, pediu ao Poder Executivo que olhasse com um pouco mais de carinho aquela situação dos estudantes, porque com a regulamentação da Lei, poderiam passar a serem utilizados os ônibus do projeto “Caminho da Escola”. Continuando, afirmou que muitos funcionários também utilizavam aquele ônibus universitário, porque era fundamental qualificar os jovens do município para o mercado de trabalho, que estava muito competitivo. Portanto, ratificou que era de suma importância que o Executivo tivesse um olhar especial e carinho com aquele problema que os universitários estavam enfrentando. Com a **palavra**, o Vereador **Claudio Vicente Vilar** iniciou suas palavras dizendo ser solidário ao Sr. Presidente por conhecer o carinho que o nobre Edil tinha por sua mãe, assim como o carinho que ela nutria pelo mesmo. Relembrou que certa vez eles chegaram tarde da noite de uma reunião na ALERJ, e a mãe do Presidente automaticamente havia se levantado e esquentado a comida, e ele, Ver. Cláudio, acabara jantando na casa de Sua Excelência. Então, disse que pelo pouco que a conhecera, sabia que ela tinha sido uma pessoa muito especial, tanto para o Vereador quanto para quem era mais próximo dela. Externou que o importante de tudo aquilo era que só ficava a alegria quando pensava na mãe do Sr. Presidente, e que tinha a certeza de que ela estava descansando com o Papai do céu. Aproveitou a fala do seu amigo, Vereador Argeu Paixão, e explanou também sobre a empresa Fontes da Serra. Disse que, atualmente, quando falavam que a água havia diminuído, era que com certeza reduzira bastante; falou que pessoas que como ele, Ver. Cláudio, conheceram a lagoa próxima aos bairros de Parada Ideal e Citrolândia, sabiam que era ela quem ajudava a segurar a água do município; logo, com aquelas chuvas que vinham caindo, a lagoa iria ajudar a reter a água. Disse que se lembrava de que a cachoeira de Guapi era tão forte que a mesma segurava o rio do Bananal, e que quando chegava ao barranco já enxergava o rio, devido ao fato de estar tão alto e com a água bem perto da encosta. Assim, explicou que quando acabaram com a lagoa, a água fora toda jogada para o mar. Disse que a Fontes da Serra possuía um reservatório com capacidade para um milhão de litros, mas como estava com vazamentos, não conseguia reter nem trezentos mil. Comentou que logo no início daquela legislatura, os Vereadores daquela Casa de Leis conseguiram que ampliassem o reservatório; só que o tempo que a empresa levava para consertá-lo, uma vez que estava cheio de buracos, bem como a construção de um novo, já não era suficiente para atender a quantidade de hidrômetros que foram instalados no município. Então, era a favor de que houvesse uma nova Audiência Pública com a Fontes da Serra, e que se eles não adequassem suas ações à necessidade da população, deveriam criar uma CPI em face da mesma, pois acreditava ser a única forma de resolver o problema. Disse que em outra ocasião,

somente depois de ameaçarem com a criação de uma CPI que a empresa melhorara a prestação dos serviços. Entretanto, percebia que a Fontes da Serra estava deixando a responsabilidade de lado um pouco, e a água estava faltando nas torneiras das casas, uma incoerência, segundo o Vereador, tendo em vista a quantidade de água no município. Asseverou, então, que quando a empresa divulgava que não tinha água nos rios, era uma inverdade, pois o que acontecia de fato era que não queriam gastar energia com a utilização das bombas, e em tom de crítica deduziu que se duas bombas não estavam sendo suficientes, que colocassem quatro, porque o povo era que não podia ficar sem água. Falou que o esgoto também era de responsabilidade da empresa Fontes da Serra, sugerindo que o município começasse a se adequar e transferir o serviço de esgoto para a Fontes da Serra, mormente com o seu devido tratamento, pois era uma responsabilidade que cabia a ela. Prosseguindo, o nobre Vereador destacou que não era uma tarefa fácil, e que deveria haver uma consciência por parte da população também, porque existiam pessoas que só queriam depender do Prefeito e dos Vereadores, mas que eles também deveriam fazer por onde ajudar o município. A seguir, salientou a ocorrência da epidemia do “Zika Vírus” no município, alertando que o morador devia fazer a vistoria no seu quintal, o que muita gente atualmente não fazia. Ultimando, reiterou a necessidade de promoverem uma nova Audiência Pública com a empresa Fontes da Serra, e que os munícipes deveriam comparecer, como o Sr. Manoel Figueiredo, o qual estava sempre participando e o agradeceu, dizendo-lhe que deveria haver mais pessoas como ele participando naquela Casa. Com a **palavra**, o Sr. **Presidente** parabenizou o nobre Edil por suas palavras, e lhe agradeceu pelo carinho. Relatou que o mesmo fizera com que passasse um filme pela sua cabeça ao lembrar o fato que o Vereador citara, e que realmente a sua mãe era daquele jeito, pois independente do horário que chegasse em casa, sozinho ou com um amigo, ela se levantava, e mesmo quando já estava doente, se preocupava com as pessoas. Contou que às vezes as pessoas iam visitá-la e era ela, ainda que debilitada, quem passava aquela tranquilidade e preocupação com o próximo; assim, expressou que só ficaram as boas lembranças e os ensinamentos que ela havia deixado. Com a **palavra**, o vereador **Franklin Adriano Pereira** iniciou suas palavras parabenizando o Ver. Magal pelo que dissera ao expor que a responsabilidade de zelar pelo município não era apenas daquela Casa e do Executivo; logo, considerava que a população tinha, sim, o seu dever de zelar pela cidade. Comentou que tivera o desprazer de presenciar um cidadão jogando um sofá na rua, na Estrada do Limoeiro, sendo uma situação constrangedora não só para ele, Ver. Franklin, como para a população em geral. Dando prosseguimento, informou que atualmente existia o sistema de caçamba gratuito, e acreditava que Guapimirim era o único município que dispunha de tal serviço, o qual consistia no recolhimento da caçamba com entulhos, galhos, etc. Disse, no entanto, que parecia haver pessoas as quais queriam, de alguma maneira, prejudicar o andamento do trabalho. Narrou que naquele dia, infelizmente, precisara ligar para o Secretário de Obras e

ele não havia atendido a ligação, todavia, conseguira falar com a pessoa responsável e o sofá já havia sido devidamente recolhido, haja vista que o sofá não estava na calçada e, sim, no meio da rua; assim, demonstrou toda a sua indignação com o desleixo de algumas pessoas. A seguir, disse que muito se falava acerca dos recursos hídricos, mas afirmou que os rios de Guapimirim estavam sendo destruídos e poluídos, não por indústrias, mas pelo esgoto doméstico, pelo desleixo do cidadão de achar que podia jogar a latrina dele no rio. Assim sendo, reiterou a necessidade de estar conscientizando a população e confirmou que existia um estudo, chamado de “Plano de Saneamento Básico”, que só dependia de o Executivo finalizá-lo para dar início à licitação, porque, infelizmente, quando celebraram o contrato com a Fontes da Serra, no passado, não inseriram a questão do esgoto, constando somente o tratamento da água e o fornecimento da água potável, deixando de incluir o esgoto. Disse que ele, Ver. Franklin, tinha sido o Relator da CPI da Fontes da Serra, e novamente expressou que não constava no contrato o saneamento básico, dizendo que tal fato havia sido um equívoco dos Governos passados, ao deixarem de incluir tal obrigação nos termos da licitação. Em **aparte**, o vereador **Argeu Paixão dos Anjos** disse que, naquela ocasião, eles estavam focados nas questões referentes à água, e que a prestação de serviços fora dividida em partes, logo, o saneamento ficando para outra parte, de outro investimento, numa nova etapa. **Continuando**, o Ver. **Franklin Adriano Pereira** disse que como o Ver. Max havia exposto, aliás, com muita propriedade, e que ele, Ver. Franklin, tinha interpretado da seguinte maneira, que se a Fontes da Serra vendia a água, também era de responsabilidade da empresa tratar e cuidar das consequências advindas da venda daquela água, no caso, o esgoto, já que o detrito que ia para o rio resultava da água que eles vendiam. Em **aparte**, o Vereador **Max Alexandre Felizardo Castro** citou um fato que ele considerava ser um grande absurdo, uma vez que se a Fontes da Serra fosse fazer uma instalação da água e precisasse quebrar uma calçada ou rasgar o asfalto, ela não tinha nenhuma responsabilidade em proceder ao reparo; assim, ela danificava o asfalto, ia embora e deixava a cargo da prefeitura aquele conserto, asseverando que aquilo era, indubitavelmente, um verdadeiro absurdo. **Continuando**, o Vereador **Franklin Adriano Pereira** disse que o nobre Vereador tinha explicado com grande propriedade, porque na Comissão Parlamentar que houvera naquela Casa, eles também indagaram sobre aquela questão, então, disse outra vez que o contrato celebrado só havia beneficiado o empresário, porque a empresa fazia o buraco no asfalto e o Poder Público, com verba pública, era quem tinha de promover o reparo. Enfatizou que eles estavam em uma Casa Legislativa e que deveriam respeitar as Leis. Informou, ainda, que o contrato encontrava-se dentro do prazo de vigência, e que após o seu vencimento poderiam estar incluindo o serviço de esgoto. Falou que o Vereador Argeu Paixão havia participado, naquela época, da formulação do contrato, mas naquele momento tinha sido uma ação imediata para a resolução da água e ficaram faltando aquelas duas questões, no caso, o tratamento do esgoto e a responsabilidade pelos reparos. Em **aparte**, o

vereador **Argeu Paixão dos Anjos** disse que o esgoto realmente não fora incluído naquele momento, apesar de eles desejarem tal serviço. Justificou a ausência do serviço no contrato porque o tratamento do esgoto mudaria muito a estrutura do município e, naquele instante, não tinha como fazer, senão as verbas iriam todas para a Fontes da Serra, retirando do Poder Executivo o repasse do município, que era necessário. Ato contínuo, ratificou que naquele momento a maior necessidade era resolver a questão da água. **Continuando**, o vereador **Franklin Adriano Pereira** disse ao nobre Edil que, infelizmente, na atualidade eles eram reféns daquele contrato, pois deviam cumprir a Lei, haja vista que o contrato estava em vigência, e o que eles poderiam fazer em relação ao esgoto era criar uma Emenda Parlamentar. Explicitou que a regulamentação do Plano de Saneamento, ou seja, após o estudo sobre o impacto ambiental, necessitava da Emenda Parlamentar do Estado ou da União para ser executado. O nobre Edil ressaltou que aquela Casa, como o Vereador Magal dissera, com o empenho dos Vereadores, conseguiram que a Fontes da Serra ampliasse o seu atendimento, apesar de ainda haver muita deficiência. Falou que atualmente o município possuía mais de sessenta mil habitantes e, na época em que a empresa havia montado sua estrutura, a população era de vinte mil; logo, eles deviam reconhecer que a população aumentara e que a empresa também deveria fazer novos investimentos. Contudo, disse que ele, Ver. Franklin, e o Ver. Magal, os quais participaram da Comissão, informaram que a empresa se comprometera a construir o reservatório do Paiol, bem como estar buscando junto ao INEA autorização para captar água do rio Coruja, que seria para fornecer para os bairros de Jardim Guapimirim e Parada Ideal, salientando que aquelas eram etapas que necessitavam de um tempo para serem executadas. Em **aparte**, o Vereador **Claudio Vicente Vilar** disse que os nobres Edis fizeram comentários sobre contratos, e o Vereador Argeu citara o contrato da iluminação pública, o qual fora realizado para atender cem por cento das demandas. Por outro lado, disse que estava vendo dificuldades com a Fontes da Serra no período de muita chuva, e avisou que a empresa deveria se adequar o mais rápido possível, caso contrário, poderiam buscar justificativas para, até mesmo, rescindir o contrato. Em **aparte**, o Vereador **Max Alexandre Felizardo Castro**, dirigindo sua fala ao Ver. Magal, disse acreditar que aquele contrato poderia ser revogado, além de juridicamente contestado. Asseverou que o dever legal de aguardar expirar a sua vigência, para só então alterá-lo, era se acaso estivesse tudo certo, não trazendo problemas para a população. Porém, diante de várias cláusulas constantes do contrato que resultavam em prejuízos ao erário público, como aquela em que a empresa quebrava um asfalto ou uma calçada, cabendo ao Governo o ônus do conserto, certamente, aquele contrato poderia ser contestado na Justiça. Assim, o Ver. Max pediu aos pares daquela Casa para que pudessem se reunir e verificar aquela situação com carinho. **Continuando**, o vereador **Franklin Adriano Pereira** disse que considerava que a questão referente a Fontes da Serra estava bem definida, e que deveriam estar cobrando. Após, citou a questão de isonomia constante da Constituição Federal,

dizendo que o Vale das Pedrinhas não tinha fornecimento de água e precisava ter. Comunicou que eles tinham um projeto, o qual já estava em fase de estudo, para promover o abastecimento de água no Vale das Pedrinhas, por meio do convênio com a CEDAE, mas mesmo assim eles precisavam criar uma Comissão para estar participando e cobrando. Finalizando, pediu ao Executivo que colocasse um telefone à disposição da população, a fim de que a mesma pudesse estar pedindo e reclamando. Como exemplo, voltou a falar sobre a ocorrência com o sofá, o qual tinha ficado três dias na rua; logo, acreditava que o Executivo também tivera uma parcela de culpa, porque tinha que ter providenciado a sua retirada de imediato, bem como procurado saber quem o tinha jogado na rua e multar a pessoa. Ressaltou que o cidadão deveria ter zelo pela calçada dela e pelo patrimônio público; logo, de acordo com a Lei Orgânica do município, ele tinha de ser multado. Em **aparte**, o Vereador **Claudio Vicente Vilar** concordou que era daquela forma que deveriam proceder, pois a população só demonstrava educação se tivesse que desembolsar algum dinheiro. Falou que cansava de ver os funcionários da Secretaria passar e limpar, e em pouco mais de uma semana já estava com mato, tábua, sofá e guarda-roupa; assim, reiterou que a melhor maneira de educar o ser humano era punindo-o com a aplicação de multas. **Continuando**, o Ver. **Franklin Adriano Pereira** disse que o Vereador Magal estava correto, e que deveriam aplicar o Código de Posturas para que as pessoas respeitassem mais as Leis. Em **aparte**, o Vereador **Oswaldo Pereira** disse que os Vereadores Argeu, Magal e Franklin falaram muito bem. Salientou que deveriam se atentar para o fato de que a população do município crescera, porém, tinha crescido somente em termos de população e, não, de estrutura, pois nos dias atuais contavam com sessenta mil habitantes, mas continuavam com a mesma estrutura de quando tinham vinte mil. Assim sendo, ressaltou que o Executivo deveria estar atento àquela situação e procurar as vias legais existentes, para que pudesse prover o município da infraestrutura necessária. Disse que muito havia sido falado sobre a Fontes da Serra, e que a empresa deveria sim atender a população, pois a mesma fora contratada para prestar um serviço, logo, deveria prestá-lo com qualidade. Dirigindo a palavra ao Ver. Max, falou que não sabia se existia um caminho para rescindir o contrato celebrado, haja vista que em legislaturas passadas, os Vereadores tentaram fazer coisa semelhante e não conseguiram. Então, enfatizou que deveriam cobrar da empresa a postura devida, como aquela Casa vinha fazendo até o presente momento, com a convocação da CPI, onde a empresa se comprometera a criar um reservatório e tinha construído; logo, reiterou que deveriam fazer cobranças, pois aquele era o papel do Vereador. Falou que o Vereador Magal estava certíssimo, porque ele se lembrava de que na sua adolescência não existia calçadas, e o seu pai o mandava varrer a frente da sua casa, e aprendera que cada morador deveria cuidar da frente da sua casa. Destacou que atualmente o município concedia uma calçada e uma varrição de rua, e ainda havia cidadão que retirava o seu lixo e o jogava na rua. Falou que tal atitude era da consciência de cada um, e que se ele quisesse a frente da sua casa

limpa tinha que mantê-la; agindo assim, o custo do município seria menor e haveria uma qualidade de limpeza melhor. Contou que estivera em uma reunião no dia anterior, em Citrolândia, em que discutiram justamente sobre aquela questão, ou seja, que havia pessoas que queriam marginalizar a sua localidade, porque faziam questão de jogar lixo, sofá e vários outros detritos na rua. Salientou que se cada um fizesse a sua parte, cuidando do lixo e descartando-o em lugar adequado, a cidade deles com certeza estaria mais limpa. Com a **palavra**, o Sr. **Presidente** parabenizou os nobres Edis pelo debate e ao Ver. Franklin por suas palavras. Quanto ao Zika Vírus, afirmou que aquela epidemia também andava assolando a cidade, como comentara alguns Vereadores, dentre eles, o Ver. Magal. Em seguida, relatou que havia assistido a uma reportagem do Governo do Estado, em que informava que aproximadamente oitenta por cento do combate ao vírus da Zika teria de ser feito pela população, pois o Poder Público combatia até certo ponto, depois, cabia à população ajudar na prevenção, mantendo o seu quintal limpo, zelando pelo seu terreno e impedindo a permanência de água parada. Disse que reconhecia ser responsabilidade do Poder Público combater o vírus, e que o mesmo não podia isentar, devendo o Poder Executivo promover ações de combate ao mosquito transmissor, mas a população também deveria abraçar aquela ideia, cuidando cada qual do seu quintal e evitando a água parada, reiterou. Por fim, assegurou era de suma importância que cada um fizesse a sua parte, a fim de que pudessem sair vitoriosos naquela guerra contra o mosquito *aedes aegypti*. Concluído o Expediente, deu-se início à ORDEM DO DIA. Em pauta, **Projeto de Lei n.º 1.120/16**, de autoria do Vereador **Claudio Vicente Vilar**. Não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, o **Projeto de Lei** foi **aprovado** por unanimidade em **primeira** discussão. Em pauta, **Projeto de Lei n.º 1.121/16**, de autoria do Vereador **Claudio Vicente Vilar**. Não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, o **Projeto de Lei** foi **aprovado** por unanimidade em **primeira** discussão. Em pauta, **Projeto de Lei n.º 1.122/16**, de autoria do Vereador **André de Azeredo Dias**. Não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, o **Projeto de Lei** foi **aprovado** por unanimidade em **única** discussão. Em pauta, **Projeto de Lei n.º 1.123/16**, de autoria do Vereador **André de Azeredo Dias**. Não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, o **Projeto de Lei** foi **aprovado** por unanimidade em **primeira** discussão. Em pauta, **Projeto de Lei n.º 1.124/16**, de autoria do Vereador **Rosalvo de Vasconcellos Domingos**. Não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, o **Projeto de Lei** foi **aprovado** por unanimidade em **única** discussão. Em pauta, **Projeto de Lei n.º 1.125/16**, de autoria do **Poder Executivo**. Não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, o **Projeto de Lei** foi **aprovado** por unanimidade em **única** discussão. Em pauta, **Projeto de Lei n.º 1.126/16**, de autoria do **Poder Executivo**. Não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, o **Projeto de Lei** foi **aprovado** por unanimidade em **única** discussão. Em pauta, **requerimento n.º 001/16**, de autoria do Vereador **Alcione Barbosa Tavares**. Não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, o **requerimento** foi **aprovado** por

unanimidade em **única** discussão. Em pauta, **requerimento** n.º **002/16**, de autoria do Vereador **Franklin Adriano Pereira**. Não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, o **requerimento** foi **aprovado** por unanimidade em **única** discussão. Em pauta, **requerimento** n.º **003/16**, de autoria do Vereador **Franklin Adriano Pereira**. Não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, o **requerimento** foi **aprovado** por unanimidade em **única** discussão. Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. **Presidente** encerrou a sessão quando eram onze horas e quarenta e sete minutos. Nada mais tendo a registrar, eu, **Franklin Adriano Pereira**, _____, Primeiro Secretário, mandei lavrar a presente Ata que, depois de lida, discutida e aprovada, vai assinada por mim e pelos demais Vereadores.